

DIREITOS E GARANTIAS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: ANÁLISE DA QUESTÃO DA JUDICIALIZAÇÃO DO POLITICO

WARRANTIES AND RIGHTS OF PERSONS WITH DISABILITIES: ANALYSIS OF THE POLITICAL ISSUE JUDICIALIZATION

Carlos Marcello Rocha Mesquita¹

Juvêncio Borges Silva²

RESUMO

Em atenção a uma das linhas de pesquisa Concreção dos Direitos Coletivos e Cidadania investiga-se a fundamentação e a justificação de novos direitos e novos sujeitos coletivos, suas formas de atuação e seus papéis na definição e formulação de políticas públicas, assim como interfaces dessa atuação com a necessária reconstrução e reformulação da cidadania por meio do direito. O estudo fará a análise da questão da judicialização do político como instrumento de desenvolvimento social concreto no atendimento as pessoas com deficiência, necessariamente o estudo irá estabelecer uma discussão principiológica. É um tema que exigirá, enfim, uma pesquisa numa perspectiva transdisciplinar e voltada para os direitos coletivos.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência. Politização do judiciário.

ABSTRACT

In response to one of the lines of research concretion of Collective Rights and Citizenship investigates the rationale and justification of new rights and new collective subjects, forms of action and their roles in the definition and formulation of public policies, as well as interfaces with this performance the necessary reconstruction and reformulation of citizenship by law. The study will analyze the issue of legalization of political instrument as concrete social development in meeting people with disabilities, the study will necessarily establish a principled discussion. It is a theme that ultimately will require a transdisciplinary research and toward the collective rights perspective.

Keywords: Person with disabilities. Politicization of the judiciary

1 INTRODUÇÃO

Os levantamentos iniciais apontam que as pessoas com deficiência necessitam ingressar

¹ Advogado, Mestrando em Direitos Coletivos pela Universidade de Ribeirão Preto.

² Pós-doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, mestre pela Unicamp, doutor pela Unesp, docente do Programa de Mestrado em Direito da Universidade de Ribeirão Preto.

com medidas judiciais para garantir seus direitos e garantias fundamentais inseridos na Constituição Federal, e este trabalho buscará através da pesquisa bibliográfica, estudo de princípios verificar a efetividade da concreção dos direitos mediante instrumentos judiciais.

Nessa primeira fase conseguimos chegar a seguintes hipóteses:

O direito e garantias das pessoas com deficiência tem uma carga suficiente de efetividade?

O administrador público planeja políticas públicas que contemplem as pessoas com deficiência, no que tange os direitos e garantias fundamentais das pessoas com deficiência?

O presente trabalho tem por objetivo demonstrar e discutir o problema do Direitos e Garantias das Pessoas com deficiência, descrito na Constituição Federal como um direito social em seu artigo 6º, que deve ser analisado de forma conjunta com o parágrafo 1º do artigo 5º do mesmo diploma, que estabelece que as normas que versam sobre direitos fundamentais têm aplicação imediata. Desta forma, pretende-se, após uma detalhada pesquisa sobre o Direitos e Garantias das Pessoas com deficiência, analisá-lo o enfoque da questão da judicialização do político, uma análise acerca da eficácia/efetividade dos Direitos e Garantias das Pessoas com deficiência, – com isso, pretende-se responder uma pergunta fundamental: o direito e garantias das pessoas com deficiência tem uma carga suficiente de efetividade que permita afirmar que sua previsão constitucional é eficiente? Isso tudo estará relacionado ao fenômeno que se denomina judicialização ao direito e garantias as pessoas com deficiência, no qual os cidadãos batem às portas do Judiciário buscando a efetivação do seu direito, que deveria ser prestado pelo Estado de maneira igualitária e universal.

2 DESENVOLVIMENTO

A análise da judicialização das políticas públicas em se tratando dos direitos e garantias das pessoas com deficiência é uma temática relevante que contempla a relação entre direitos fundamentais e sua concreção através de políticas públicas levadas a efeito pela Administração Pública, sendo que em vários momentos o Poder Judiciário tem decidido no sentido de obrigar a Administração Pública à realização de atos que contemplam a concreção deste direito. Logo, a discussão, entendo, deverá contemplar a relação entre Poder Executivo (Administração Pública) e Poder Judiciário, considerando em que medida as decisões judiciais nesta direção (judicialização das políticas públicas) são ou não procedentes, se encontram ou não amparo constitucional, se contribuem ou não para a promoção da cidadania etc. Ter-se-á, necessariamente que estabelecer

I CONGRESSO BRASILEIRO DE PROCESSO COLETIVO E CIDADANIA
UNIVERSIDADE DE RIBEIRÃO PRETO

uma discussão principiológica, mormente no que tange ao princípio da reserva do possível e do mínimo existencial, além do princípio da ponderação, da razoabilidade e da dignidade da pessoa humana. É um tema que exigirá, enfim, uma pesquisa numa perspectiva transdisciplinar e voltada para os direitos coletivos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No desenvolvimento do trabalho de pesquisa serão utilizados métodos e técnicas de investigação científica em Direito Constitucional e lei demais dispositivos legais que protegem pessoa com deficiência, com a coleta, seleção, classificação e análise das fontes dos ordenamentos jurídicos envolvidos, bem como casos práticos relevantes sobre problemas relacionados à Cidadania, à Administração Pública (Federal, Estaduais, Distrito Federal e Municipais), à Participação Popular (Orçamentos Participativos, Iniciativa Legislativa, via ONG's, OSCIP's,) e Meio de Controles (Ação Popular, Ação Civil Pública, petições administrativas, passeatas, iniciativa popular de legislação), concluindo o trabalho com uma dissertação sobre judicialização do político como instrumento de desenvolvimento social concreto no atendimento as pessoas com deficiência, englobando os resultados das pesquisas supra referidas.

REFERÊNCIAS

LACERDA, Galeno. Eficácia da Prestação Jurisdicional no Atendimento às Demandas Sociais. In: **Uma vida dedicada ao direito**: homenagem a Carlos Henrique de Carvalho: o editor dos juristas. São Paulo: RT, 1995.

NIESS, Luciana Toledo Távora; TÁVORA, Pedro Henrique. **Pessoas portadoras de deficiência no direito brasileiro**. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2003.

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 2. ed. São Paulo: Max Limonad, 1997.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 34. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.